

# LEI DE BASES DA SAÚDE FOI “UMA ENCENAÇÃO”



Rui Rio, que participou no sábado na festa do 45.º aniversário da JSD, na Trofa, acusa o PS de estar “completamente encostado ao BE e ao PCP” e de ter promovido negociações simuladas com o PSD em torno da revisão da Lei de Bases da Saúde



pág. 2

## PRESIDENTE

**“ESTADO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA” PARA ENFRENTAR AQUECIMENTO GLOBAL**

O líder do PSD apresentou esta quinta-feira um conjunto de propostas concretas para combater as alterações climáticas, “o problema mais sério que a humanidade enfrenta”



pág. 9

## LOCAIS

**PSD DE OLIVEIRA DO BAIRRO PEDE SUSPENSÃO DE MANDATO DE AUTARCAS**

A Comissão Política do PSD de Oliveira do Bairro pede ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e ao líder da Assembleia Municipal que “suspendam o mandato de imediato e até ao final do processo judicial em curso”



pág. 10

## REGIONAIS

**PSD EXIGE AÇÃO CONCERTADA DE LIMPEZA DAS RIBEIRAS DA ILHA TERCEIRA**

A comissão política do PSD da Terceira defende uma “ação concertada” para a limpeza e desobstrução das ribeiras da ilha a realizar este verão, de modo a garantir a segurança de pessoas e bens.



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

# SALVAR O PLANETA

O Planeta está numa encruzilhada. Caminhamos para uma espécie de apocalipse ambiental. Ou invertemos a atual trajetória ou será tarde demais. É um dever de todos apresentar soluções para contrariar as alterações climáticas. Estas propostas não têm cor e não podem ser rejeitadas, só porque são oriundas da esquerda ou da direita. A proteção do ambiente não escolhe ideologia. Ao contrário, deve ser a ideologia de todos. Nos últimos 50 anos, a temperatura média na Europa subiu 1,5 graus. Mas teimamos nos comportamentos que estão a destruir o nosso único *habitat*.

O PSD sempre foi um partido reformista, com uma vontade inconfessável de rasgar mentalidades. O PSD foi o responsável pela primeira Lei de Bases do Ambiente, que remonta a 1987. O PSD tem, por isso, o dever de honrar a sua história e colocar as questões ambientais no topo das prioridades políticas. O ambiente nas suas múltiplas manifestações, merece um enquadramento jurídico-legal, de prevenção, controlo e sanção, informativo, sobre os múltiplos instrumentos que o Estado coloca à disposição das populações, formativo, de práticas pedagógicas e sensibilização e de políticas de indução de sensibilidade ambiental através de incentivos, por exemplo as isenções fiscais.

Rui Rio anunciou na semana passada um conjunto de propostas concretas para combater as alterações climáticas, segundo ele próprio *"o problema mais sério que a humanidade enfrenta"*. Acabar com as rendas fixas pagas aos produtores de energias renováveis, agravar as taxas sobre os plásticos e derivados e apostar na ferrovia são três soluções que podem ajudar a erguer um País mais amigo dos ecossistemas.

O PSD é audacioso nos objetivos. Portugal deve atingir a neutralidade carbónica ainda antes de 2050. Esta meta implica uma aposta clara na utilização de energias renováveis, na construção de novas centrais de biomassa, no incremento das interligações elétricas com a União Europeia, na melhoria da eficiência energética na construção civil e na promoção da mobilidade não poluente nos transportes públicos, com particular incidência na ferrovia.

A gestão racional dos recursos naturais não é uma moda, não pode ser um luxo, mas um dever cívico, uma obrigação coletiva. Como lembrou Rui Rio, nesta matéria vive-se um estado de emergência climática. Situação que requer respostas estruturadas para as próximas gerações. Que requer solidariedade inter-geracional, porque o ambiente não é propriedade das gerações presentes. A desertificação, o abate de florestas tropicais, a extinção de espécies, a redução da camada do ozono, o aquecimento global, o degelo dos polos, a subida do nível do mar e a erosão costeira merecem respostas urgentes. A prazo, se nada fizermos, estaremos todos condenados, prejudicando, sobretudo, aqueles que mais amamos, com uma herança de devastação da espécie. Os nossos filhos e netos merecem ter esperança. Salvar o Planeta é um imperativo de todos.

# "ESTADO DE EMERGENCIA" PARA ENFRENTAR



# “EMERGÊNCIA CLIMÁTICA” APostar no AQUECIMENTO GLOBAL



Rui Rio apresentou esta quinta-feira um conjunto de propostas concretas para combater as alterações climáticas, “o problema mais sério que a humanidade enfrenta”. Acabar com as rendas fixas pagas aos produtores de energias renováveis, agravar as taxas sobre os plásticos e derivados e apostar na ferrovia são três soluções que o líder social-democrata defende e que honram a tradição histórica e a ação pioneira do PSD em matéria ambiental.

Acompanhado pelo vice-Presidente e porta-voz do CEN para a área do Ambiente, Energia e Natureza, Salvador Malheiro, e pelo cabeça de lista pelo Porto às eleições legislativas, Hugo Carvalho, Rui Rio começou por fazer o enquadramento da encruzilhada que a humanidade atravessa: junho de 2019 foi o mês mais quente de sempre na Europa, que registou 2 °Celsius acima da média. “Este problema do aquecimento global é o mais sério que humanidade enfrenta. Fazermos tudo para atenuar a emissão de gases de efeito estufa é algo que temos de fazer em respeito por nós próprios e pelas gerações futuras. No limite, estamos a falar da preservação da vida humana em partes significativas do Planeta. Se nada fizermos, dentro de poucas décadas, há partes do Planeta que nem sequer poderão acomodar a vida humana”, alertou.

O Presidente do PSD explicou que as rendas fixas garantidas aos produtores de energias renováveis são incompreensíveis. “Conhecemos bem os reflexos bem dessas rendas fixas garantidas no passado: contribuíram para défices tarifários e para os custos de interesse económico geral (CIEG), com que todos os meses somos confrontados na nossa fatura de eletricidade”, especificou.

Rui Rio clarifica que o “aumento de produção de energia renovável deve ser com as regras de mercado, sem rendas fixas”. A esse propósito, Salvador Malheiro referiu que estão em curso leilões para o solar fotovoltaico, em



que volta a estar em causa “um valor fixo e garantido” para quem ganhar os concursos.

Na apresentação do documento, Rui Rio reforçou a importância do estado de emergência climática. “O PSD concorda que se vive um estado de emergência climática, emergência no sentido em que a ação tem de ocorrer no imediato”, sublinhou.

O PSD defende a redução das emissões de CO2, para permitir que Portugal possa atingir a neutralidade carbónica em 2050. Este objetivo passa por promover a utilização de energias renováveis, construção de novas centrais de biomassa, apostar nas interligações elétricas com a UE, melhorar a eficiência energética na construção civil e incentivar a mobilidade não poluente nos transportes públicos. Neste último capítulo, Rui Rio diz que o “crescente investimento” na ferrovia é uma prioridade, além da renovação progressiva da frota do Estado para carros híbridos (longo curso) e elétricos e a penalização das frotas dos municípios a combustão nas deslocações urbanas.

Como parte de uma segunda linha no combate contra as ações climáticas, Rui Rio destaca o aumento dos espaços verdes para “maior captura de CO2”. A proposta do PSD inclui um Plano Nacional de Florestação, a alteração do quadro legal e regulamentar para criação de mais espaços verdes nos principais centros urbanos e a imposição de rácios de arborização urbana.

Sobre o impacto financeiro das medidas – como um agravamento fiscal para produtos de plástico ou a inclusão de critérios ambientais para a contratação pública –, Rui Rio diz que terá uma incidência “residual” no Orçamento do Estado.

Hugo Carvalho, cabeça de lista pelo Porto, explicou algumas medidas e realçou a prioridade que o PSD sempre deu à área do ambiente. “O que se quer aqui é um novo normal, em que seja normal as pessoas andarem de transportes públicos, em que seja normal nós reutilizarmos, em que seja normal consumir sustentável, produzir sustentável, e dar o exemplo também pelo Estado com os olhos do futuro. Não há segundas oportunidades para isto e já não vamos cedo”, disse.





Rui Rio em entrevista à RR

## FALTAM “POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCENTIVEM O FUTURO”

Em entrevista à Rádio Renascença, esta quarta-feira, o Presidente do PSD diz que a situação mais grave da governação verifica-se nos serviços públicos. “Aquilo que eu elegeria como mais preocupante é naturalmente a degradação completa que tem havido nos serviços públicos, desde renovar o cartão do cidadão a meter os papéis para a reforma, e nos transportes públicos (...) onde é o caos completo, e a degradação do Serviço Nacional de Saúde”, afirma.

Rui Rio conclui que a situação económica está “aparentemente melhor”, “registrando “taxas de crescimento fracas”, há “mais emprego”, mas não são “melhores empregos”. “Se pensarmos em termos de futuro do País, a economia não está bem. Tem tido taxas de crescimento fracas, mas acima de tudo essas margens orçamentais não têm sido usadas para o futuro do país. Aquilo que a economia tem de oferecer aos portugueses é mais emprego e melhores salários. Temos tido mais emprego, é verdade, mas não temos tido melhores empregos. Para isso é preciso que haja políticas públicas que incentivem o futuro”, alerta.

O líder do PSD contesta o atual modelo assente no consumo e na ausência de reformas para um horizonte alargado. “A política económica tem sido uma política de distribuição, portanto, dá a sensação às pessoas de que se está bem, mas não vamos estar bem a médio e longo prazo. Não quer dizer que vai ser um caos, não”, sublinha.

Rui Rio critica, insistentemente, a degradação nos transportes públicos, “onde reduziram os preços dos passes, mas não aumentaram a oferta e, portanto, é um caos completo”. De igual forma, considera “preocupante” o estado do SNS, “porque qualquer pequena degradação no Serviço Nacional de Saúde é muito sentida pelas pessoas”.

Perante este cenário, Rui Rio afirma que só há uma alternativa ao Governo socialista: o PSD. “Não vale a pena estarmos aqui a fazer contas de cabeça com outras soluções, porque não há outras soluções. As próximas eleições ou são ganhas pelo PS ou são ganhas pelo PSD, não são ganhas por mais ninguém”, observa.

Rui Rio considera que “o povo português seguramente quer um PSD forte, capaz de ombrear com o PS nas eleições para haver uma oposição forte e uma alternativa”. Além disso, destaca Rui Rio, “o Governo do PS não tem feito o que lhe apetece, porque está aliado ao PCP e ao Bloco de Esquerda”.

Sobre as medidas fiscais apresentadas na sequência do quadro macroeconómico, Rui Rio defende que há uma “diferença muito grande” em relação ao Governo. “O Primeiro-Ministro sempre disse que não ia baixar a carga fiscal. Nos últimos dias, teve uma nuance e diz que vai tentar baixar os impostos sobre o trabalho. Mas aquilo que eu digo não é baixar os impostos sobre o trabalho, é os impostos de forma geral, a carga fiscal. Aquilo que ele está provavelmente a dizer é que mantém a carga fiscal, troca é de impostos”, disse.

Rui Rio revela que será candidato pelo círculo do Porto às próximas eleições legislativas.

Rui Rio no 45.º aniversário da JSD

# LEI DE BASES DA SAÚDE FOI “UMA ENCENAÇÃO”



Rui Rio acusa o PS de estar “completamente encostado ao BE e ao PCP” e de ter promovido negociações simuladas com o PSD em torno da revisão da Lei de Bases da Saúde.

Rui Rio, que participava no sábado, 13 de julho, na festa do 45.º aniversário da JSD, na Trofa, ressalva que foi visível “um PS que queria fazer um acordo com a esquerda”. “Ainda ensaiaram falar connosco, mas, na prática, foi um teatro. Só não sei se foi uma peça completamente pensada, ou se foi de forma parcial. Foi uma encenação, pois o que queriam eram fechar o acordo com a esquerda”, afirmou.

O Presidente social-democrata assinala que “este PS está com muita dificuldade em dialogar ao centro de forma moderada”. E o resultado, expressa Rui Rio, é um acordo que não irá ajudar a apontar soluções para os problemas preocupantes no setor da saúde. “O SNS tem funcionado muito mal e não é a lei de bases que o vai alterar, embora possa dar pistas importantes. Acho muito mal quando querem fechar, completamente, a participação e complementaridade dos privados e da área social”, apontou.

Rui Rio declara que a legislação anunciada merecerá o voto negativo do PSD. “Compete ao eleitorado [nas próximas eleições legislativas de outubro] saber se quer um PS completamente encostado à esquerda e sem capacidade dialogar ao centro, ou fazer uma escolha diferente”, destacou.

## Garantir o acesso ao SNS de forma “universal e tendencialmente gratuita”

Rui Rio considera que a principal preocupação é garantir aos portugueses o acesso ao Serviço Nacional de Saúde “universal e tendencialmente gratuito”. Na apresentação das linhas fundamentais para a saúde, dia 16, em Lisboa, o Presidente do PSD lembrou que nesta área importa assegurar uma “melhor gestão”, com menos custos, e não se aquela “é pública ou privada”. Neste quadro, Rui Rio sublinha que “a lógica é servir o cidadão”, “não fechando as portas às Parcerias Público-Privadas”, numa abordagem de “complementaridade, não para privatizar o SNS”, e “com uma fiscalização rigorosa”.

Logo no início da exposição, o líder do PSD traçou um



diagnóstico do setor público da saúde. “Aquilo que é uma constatação absolutamente inequívoca é que o Serviço Nacional de Saúde hoje está pior do que estava em 2015, ou seja, com este Governo o SNS piorou”, acusou.

Rui Rio destaca o aumento das listas de espera para cirurgias (mais 200 mil utentes), a falta de médicos de família para 700 mil portugueses e a falta de investimento público, que se traduz na degradação dos hospitais e equipamentos e na degradação dos cuidados aos doentes, sobretudo aos mais desfavorecidos. “Cria desigualdade aos que são os mais desfavorecidos da sociedade. A esses o que interessa se a gestão é pública ou privada?

O Estado tem é por obrigação servir bem ao mais baixo custo”, insistiu.

Como tal, nas situações de incapacidade de resposta, os meios públicos devem “ser colmatados com privados de forma melhor e mais económica”. Por isso, o Presidente do PSD diz não compreender o “tabu ideológico” que leva o PS, PCP e BE a rejeitar a possibilidade de Parcerias Público-Privadas (PPP) e, em concreto, na discussão sobre a nova Lei de Bases.

Rui Rio discorda da exclusividade dos médicos no setor público, defendida pela esquerda, a não ser que tal implique mais horas de serviço, considerando que “não faz



sentido nenhum” pagar mais aos profissionais de saúde para trabalharem o mesmo.

Entre as linhas fundamentais que irão constar do programa do PSD para a área da saúde, destaca-se um novo modelo de gestão dos hospitais públicos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – financiados em função dos resultados –, a contratualização de médicos de família do setor social e privado, o alargamento do atual programa de listas de espera para cirurgias às consultas e exames e o aumento em 25% da rede de cuidados continuados e paliativos.

O líder do PSD defende o alargamento do atual sistema de listas de espera para cirurgias (SIGIC) às consultas de especialidade e exames complementares, estimando que esta medida custe 40 milhões de euros. Já a contratualização de médicos de família do setor social e privado, de forma a “garantir o direito ao acesso a um médico de família a todos os portugueses”, custará cerca de 40 milhões de euros.

Rui Rio preconiza o alargamento da rede de cuidados continuados e paliativos em 25% e o fomento da figura do cuidador informal, com soluções flexíveis e de proximidade (custo estimado é de cerca de 50 milhões de euros).

Também a implementação de um novo modelo de gestão dos Hospitais públicos do SNS, que seriam financiados em função dos resultados em saúde, tem uma previsão de ganho líquido no documento apresentado. Sobre este ponto, Rui Rio detalha que se pretende uma “gestão por objetivos e por níveis de eficiência” e que se garante a “autonomia de gestão no quadro de objetivos contratualizados, com incentivos financeiros aos profissionais de saúde em função dos resultados obtidos”.

O PSD pretende ainda implementar um programa de apoio ambulatorial aos idosos dependentes – que calcula não ter um custo líquido “especialmente relevante” –, considerando que esse tipo de cuidados para idosos mais carenciados “melhora a sua saúde e qualidade de vida e permite aliviar a pressão sobre as urgências e sobre alguns internamentos desnecessários”.

Outra linha prioritária será o investimento na “prevenção da doença e na promoção de estilos de vida saudáveis”. Esta aposta passa por uma “forte promoção dos hábitos alimentares e de vida saudáveis e da ingestão de nutrientes vitais para a saúde humana em articulação estreita com o conhecimento científico disponível”,



bem como pelo “agravamento fiscal dos produtos nocivos à saúde”.

No plano simbólico, Rui Rio propõe a mudança do nome do Ministério da Saúde para “Ministério da Promoção da Saúde”, “como forma de evidenciar a importância das políticas de preservação da saúde e não apenas de combate à doença”.

O Presidente do PSD lembra que “há perto de 4 milhões de portugueses” que recorrem “ao serviço privado por falta de serviços do Estado”.

## Lei sobre lóbi “não resolvia nada”

Num comentário à lei que pretendia regular a atividade do lóbi em Portugal, e que foi vetada pelo Presidente da República, Rui Rio referiu que o diploma em causa só iria trazer mais burocracia. “Não era uma lei que fosse regulamentar o lóbi, mas sim impor que houvesse registo

das reuniões que os deputados, presidentes de Câmara ou vereadores vão tendo com sindicatos ou dirigentes de associações. (...) O PSD considera isso, como se dizia antigamente, era como o Melhoral, não faz bem nem faz mal, só cria burocracia e não regula nada de concreto”, apontou.

Rui Rio recordou que o PSD tinha optado pela abstenção na aprovação do diploma na Assembleia da República, mas é preciso “ir mais além” na defesa pela transparência. “Quando queremos combater a corrupção e o compadrio temos de procurar fazer um quadro legal que realmente o faça, e não um que dê a imagem de combater. Sinto que a sociedade quer isso, e temos de encontrar uma legislação mais eficaz”, sublinhou.

O Presidente do PSD entende ser mais “prudente” pensar esta questão fora do período de eleições, para “não puxar pela demagogia”. “Acho mais prudente esperar pelas eleições, e, depois, toda a Assembleia da República, com calma e ponderação, e se assim entender, fazer uma lei. É negativo fazê-lo neste período de pré-campanha”, disse.



# CLÁUDIA MONTEIRO DE AGUIAR ELEITA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DAS PESCAS

Cláudia Monteiro de Aguiar foi eleita vice-presidente da Comissão Parlamentar das Pescas do Parlamento Europeu, para o novo mandato 2019-2024. A eurodeputada social-democrata garante determinação “pela melhoria das condições dos pescadores e pela sustentabilidade da atividade e dos recursos.”

Para a vice-presidente, os próximos cinco anos serão “de muito trabalho para garantir um bom equilíbrio entre as atividades tradicionais, como a pesca, e a valorização da economia azul, que com a possível saída do Reino Unido pode ser colocada em segundo plano. Devemos assumir um lugar cimeiro, enquanto Portugueses, com o mar como o grande ativo estratégico.”

A deputada madeirense definiu ainda para este mandato como prioridades a criação do centro europeu de combate à poluição marítima e a garantia dos apoios à renovação das frotas de pesca costeira e artesanal.

Ainda, segundo Cláudia Monteiro de Aguiar, “o setor das pescas necessita de se tornar mais tecnológico nos próximos anos, de forma sustentada, e essa transição nunca deverá recair sobre os já sobrecarregados pequenos pescadores.”

Nos próximos meses estará em destaque na Comissão das Pescas o Regulamento de Controlo de Pescas, considerado dos mais importantes do último mandato, cuja posição do Parlamento não chegou a ser fechada, além do próprio relatório sobre o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas que, aprovada a posição do Parlamento, carece de entendimento e aprovação pelo Conselho da União Europeia.

## PORTUGAL PRECISA TRANSPORTES PÚBLICOS DIGNOS E SEGUROS



# PSD DE OLIVEIRA DO BAIRRO PEDE SUSPENSÃO DE MANDATO DE AUTARCAS



A Comissão Política do PSD de Oliveira do Bairro pede ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e ao líder da Assembleia Municipal que “suspendam o mandato de imediato e até ao final do processo judicial em curso”. “Os factos que levaram à acusação deduzida contra 17 arguidos”, autarcas do município de Oliveira do Bairro, deve, “num Estado de direito democrático que valoriza a transparência, ter como consequência” a interrupção desse mandato, sublinha o PSD.

“A legalidade e a transparência são princípios a prosseguir constante e permanentemente e, certamente, o continuarão a ser se os eleitos respeitarem os princípios éticos e morais que o mandato lhes confere. Foi no respeito por estes princípios que sobre os factos que geraram a acusação do Ministério Público, os vereadores e a bancada municipal do PSD colocaram dúvidas sobre a legalidade do orçamento, fundamentaram as suas dúvidas e distribuíram, em Assembleia Municipal, documentação que suportou as suas preocupações. Solicitaram a retirada do ponto, garantindo a aprovação posterior logo que fosse corrigido a ilegalidade”, acrescenta o PSD de Oliveira do Bairro em comunicado.

“A verificar-se, como tudo indica, no final do processo, a condenação, torna-se indigno para o Município e para os oliveirenses que o Senhor Presidente da Câmara, Duarte Novo, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Francisco de Oliveira Martins, continuem o exercício das suas funções”, conclui a Secção presidida por Paulo Sérgio Figueiredo.

# LOURINHÃ LIMPA É MAIS BONITA



Sob o mote “O concelho é lindo, desde que esteja limpo!”, o PSD e a JSD da Lourinhã estão a alertar o município para a questão da sustentabilidade ambiental, limpeza e higiene urbana e costeira. Nesse sentido, promovem uma campanha de sensibilização para que “todos sejam agentes da mudança, com ações de limpeza e oferta de cinzeiros de praia em todas as áreas concessionadas, reforçando a mensagem que é preciso também que o Município cumpra convenientemente a limpeza e conservação dos espaços públicos.

O PSD e a JSD da Lourinhã defendem ações concertadas e que criem melhores condições, colocando mais caixotes de lixo, sacos para recolha de dejetos e disponibilizando cinzeiros à população, ao mesmo tempo que apelam ao município que promova a filosofia dos 3 R’s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e que cumpra a promessa de dotar a Lourinhã de um verdadeiro ecocentro.

Outras medidas urgentes são a valorização dos 12 quilómetros de costa da Lourinhã, que continuam subaproveitados, a erradicação dos esgotos que ainda correm a céu aberto e uma solução para a poluição crónica do Rio Grande, protegendo e dignificando a foz e a Praia da Areia Branca.

Para o PSD e a JSD da Lourinhã, a política ambiental do município não se pode cingir a campanhas pontuais na comunidade escolar ou de angariação de proveitos económicos na separação de resíduos, sendo urgente que a Lourinhã assumira uma estratégia de conservação e proteção do ambiente eficaz e um papel mais interventivo na sensibilização e mudança de comportamentos.

Recorde-se que a bancada social-democrata na Assembleia Municipal e na Assembleia da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia apresentou, em 2018, uma proposta/recomendação para a implementação de um programa de disponibilização gratuita de copos ecológicos reutilizáveis em todas as festas, festivais e eventos, que apesar de aprovada, o Município não soube ou não quis operacionalizar nas festas do concelho.

A campanha “Lourinhã limpa é mais bonita” teve início, dia 6 julho, na praia da Areia Branca e do Areal, com uma ação de limpeza e distribuição dos primeiros cinzeiros de praia reutilizáveis, e irá repetir-se e estender-se a todas as demais praias do concelho durante a época balnear.

# PSD EXIGE AÇÃO CONCERTADA DE LIMPEZA DAS RIBEIRAS DA ILHA TERCEIRA



A comissão política do PSD da Terceira defende uma “ação concertada” para a limpeza e desobstrução das ribeiras da ilha a realizar este verão, de modo a garantir a segurança de pessoas e bens. “Este ano, fruto das fortes chuvadas que atingiram a ilha Terceira, ficaram evidentes as diversas fragilidades existentes nas linhas e cursos de água da ilha, com destaque para as ribeiras, evidenciando-se obstruções e ausência de limpeza dos leitos e margens, com claros prejuízos para as populações que habitam próximos desses cursos de água”, afirmou Rui Espínola, vice-presidente do PSD/Terceira, dia 11.

O dirigente social-democrata alerta que a obstrução de ribeiras, “causada por troncos, ramagens e lixo”, resulta da “ausência de uma efetiva limpeza e manutenção destes cursos de água desde a sua nascente até à foz”. “São vastos os exemplos de ribeiras na ilha Terceira que precisam de intervenção e em que a falta de limpeza se pode comprovar”, salientou.

Rui Espínola refere que, além da salvaguarda da segurança das populações e dos seus bens, “são cada vez mais as empresas turísticas que utilizam estes espaços

para a dinamização das suas atividades, nomeadamente para a prática de ‘canyoning’”.

“Algumas dessas empresas turísticas chegaram mesmo, por iniciativa própria, a proceder à limpeza das ribeiras para poderem desenvolver turisticamente as suas atividades. Tudo porque as entidades públicas não fizeram o seu trabalho, o que não é admissível”, considerou.

O vice-presidente do PSD/Terceira diz que as juntas de freguesia da ilha, ao abrigo do programa ‘Eco-Freguesia’, “cuja verba é cada vez mais diminuta, vão tentando minimizar, de forma hercúlea, este problema, mas não possuem recursos humanos, técnicos, financeiros e de maquinaria suficientes e, como tal, não conseguem desenvolver uma limpeza e desobstrução eficaz nas ribeiras desde a sua nascente até à foz”.

“Nada disto resulta, se a montante da ribeira o trabalho de limpeza e desobstrução não for desenvolvido”, aponta.

De acordo com Rui Espínola, “é neste momento, em pleno verão, que é quando se podem realizar de modo eficaz as manutenções e limpezas das ribeiras, que o Governo Regional e as câmaras municipais da Praia da Vitória e Angra do Heroísmo devem definir uma ação concertada para a limpeza e manutenção das ribeiras da ilha”.

“Essa ação concertada deve começar, desde logo, pela definição efetiva da área de jurisdição de cada um, a responsabilidade de cada qual e a implementação no terreno de uma manutenção exaustiva, concertada e de limpeza efetiva dos leitos das ribeiras em toda a sua extensão”, conclui.

## ATRASOS NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS A DOENTES DESLOCADOS NA ILHA DAS FLORES

A comissão política do PSD da ilha das Flores denunciou, dia 11, a existência de atrasos no pagamento das diárias a doentes deslocados, referindo que há casos de incumprimento superiores a seis meses. “Há vários doentes da ilha das Flores que estão à espera do pagamento das suas diárias desde o último trimestre de 2018, após se terem deslocado ao Hospital de Ponta Delgada. Trata-se de um atraso superior a seis meses, o que é inadmissível”, afirmou Bruno Belo, presidente daquela estrutura.

O dirigente social-democrata salienta que estes utentes tiveram de pagar a totalidade das despesas com as deslocações, sendo que “alguns deles até já se deslocaram por mais do que uma vez” por motivos de saúde à ilha de São Miguel, “e continuam sem receber o valor das diárias a que têm direito”.

“Estes utentes florentinos já se deslocaram ao Hospital de Ponta Delgada, efetuaram as suas consultas, exames e cirurgias – alguns deles até já se deslocaram por mais do que uma vez – regressaram à ilha das Flores e ainda não receberam o subsídio diário de deslocação a que tiveram direito, nem o pagamento dos transportes terrestres”, disse.

Bruno Belo sublinha que esta é uma situação “profundamente injusta” e exigiu que o Governo Regional “resolva imediatamente o problema, procedendo ao pagamento das diárias em atraso”.

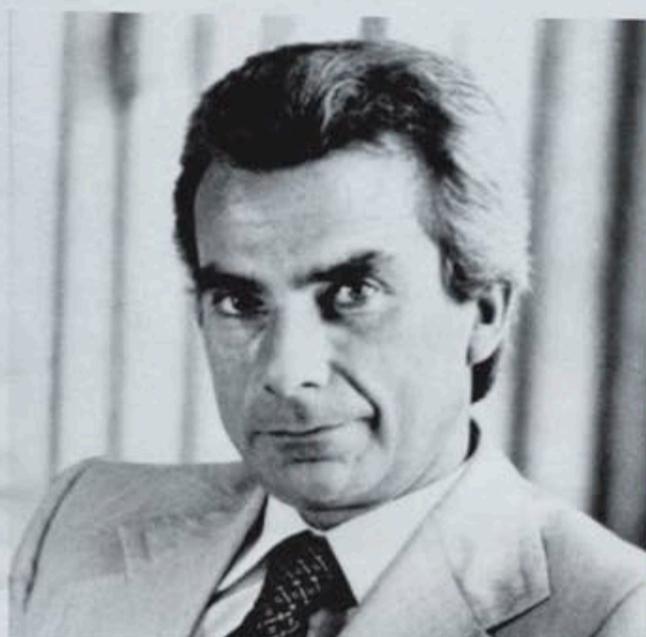


# POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povofivre@psd.pt

## Sá Carneiro - 22 Anos depois



**Não desistiremos  
até que se saiba toda  
a verdade sobre Camarate**

- Durão Barroso no Porto

**Apurar as causas  
do desastre é uma forma  
de se fazer justiça**

-Santana Lopes em Lisboa

centrais

Conselho Europeu de Copenhaga

### Primeiro-Ministro reuniu-se com homólogos dinamarquês e belga



Primeiros-Ministros português e belga



Conferência de Imprensa com  
Anders Fogh Rasmussen

Primeiro-Ministro, Durão Barroso, recebeu, na Residência Oficial de S. Bento, os seus homólogos dinamarquês e belga, Anders Fogh Rasmussen e Guy Verhofstadt, respectivamente.

No encontro com o Primeiro-Ministro dinamarquês, Presidente da União Europeia em exercício, Durão Barroso abordou questões relacionadas com a especificidade da agricultura portuguesa, enquanto após a reunião com Guy Verhofstadt salientou a necessidade de manter o actual modelo comunitário como forma de manter o equilíbrio entre os Estados-Membros, recusando o modelo presidencial.

Por sua vez, o Primeiro-Ministro belga revelou apoiar "uma solução específica para a agricultura portuguesa", manifestando-se convicto de que o Conselho Europeu de Copenhaga não deixará de acolher as pretensões portuguesas.

**Edição n.º 1303 do "Povo Livre" | de 11 de dezembro de 2002**

"Sá Carneiro - 22 Anos depois". Por ocasião da passagem do 22.º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro, o Partido Social Democrata promovia diversas iniciativas evocativas da memória do fundador do Partido, vítima da tragédia de Camarate.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****PORTALEGRE**

Nos termos Estatutários e regulamentares aplicáveis, convoco o (a) companheiro (a) para uma reunião da Assembleia Distrital do Partido Social Democrata, a realizar no dia 29 de julho (segunda-feira) de 2019, pelas 21H00, na Sede Distrital do Partido, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 17, em Portalegre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação da ata da reunião de dia 14 de junho de 2019;
2. Informações;
3. Preparação do processo eleitoral – Eleições Legislativas 2019;
4. Análise e discussão da situação político-partidária.

**SECÇÕES****ALMADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, venho por este meio convocar a Assembleia da Secção de Almada, a ter lugar no próximo dia 25 de julho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00 na Sede do PSD de Almada sita na Rua da Liberdade 38 A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

**ILHAVO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo para uma reunião, que terá lugar no próximo dia 25 de julho (quinta-feira) de 2019 pelas 21H00, na Sede do PSD de Ílhavo, na Av. 25 de Abril, Edifício Illium, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do relatório e contas de 2018;
2. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019;
3. Análise da situação político-partidária;
4. Outros assuntos de interesse geral.

**MONTALEGRE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Montalegre, para reunir no próximo dia 26 de julho (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede do Partido, sita na Praça de França, nº 396–lojas 3/8, Montalegre com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Apreciação e votação sobre o relatório de contas;
3. Outros assuntos.

**VILA REAL**

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de julho de 2019 (quarta-feira), pelas 21h00 na sede do Partido Social Democrata, sito na rua da Boavista nº 11, em Vila Real, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros Assuntos.

**NÚCLEOS****BONFIM DO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo PSD Bonfim Porto para reunir em Plenário Ordinário no próximo dia 25 de julho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede do PSD e da JSD Bonfim, sita na Avenida Rodrigues de Freitas nº 50, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Informações.

**QUARTEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do Núcleo de Quarteira, para reunir no próximo dia 25 de julho (quinta-feira) de 2019, pelas 21H00, no Hotel Dom José situado na Av. Infante Sagres, 143, Sala 1, 8125-157 Quarteira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local;
2. Outros assuntos.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt

**LOULÉ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Loulé, para reunir no dia 18 de Agosto de 2019, pelas 15h30, na sede do PSD Concelhio, sito na Rua Antero de Quental nº 6, Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Concelhia de Lagos.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues na sede concelhia, sita na Rua Antero de Quental nº 6, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 15h30 e as 17h30.

**OVAR**

Ao abrigo do artigo 71 n.º 2 dos estatutos da JSD, convocam-se todos os militantes da secção da JSD Ovar, para reunirem no dia 26 de Julho de 2019, pelas 21h30m, na Sede do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro n.º 84 1º Esquerdo - Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação Política;

2 – Ponto de situação do mandato;

3 – Outros assuntos.

**III CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO 2019**

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião ordinária no próximo dia 30 de julho, terça-feira, às 21H00, no **MITpenha (sito na Rua da Montanha-Mesão Frio, em Guimarães)** com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ordem de Trabalhos**

- Ponto 1.** Eleição de Vice-Presidente da Comissão Política Nacional – exercício da competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos;
- Ponto 2.** Aprovação das linhas gerais do Programa Eleitoral para as Eleições Legislativas, nos termos do artigo 18.º, n.º 2, alínea f), dos Estatutos do PSD;
- Ponto 3.** Deliberação sobre proposta apresentada pela CPN, nos termos do artigo 18.º, n.º 2 alínea g), dos Estatutos do PSD, referente à designação do candidato a Primeiro-Ministro e às listas de candidatura à Assembleia da República.

O Presidente da Mesa do Congresso

**Paulo Mota Pinto**

Lisboa, 16 de julho de 2019